

Fogaça suspeita que empresários queiram tirar proveito da greve

Patrões podem usar paralisação geral para impor seus interesses e reivindicações, que, segundo o senador, colocariam em risco a estabilidade econômica

Comissão vai a Cuiabá estudar rumos do transporte

Os senadores que integram a comissão especial destinada ao estudo do corredor de transportes do Centro-Leste viajam na manhã de hoje para Cuiabá, a fim de debater alternativas para o desenvolvimento do setor na região. A audiência pública da comissão será na sede da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso, e contará com a presença do governador Dante de Oliveira e de representantes da indústria, do comércio e de outros segmentos da classe empresarial.

A delegação da comissão, presidida pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e que tem como relator o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) e vice-presidente o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), será integrada ainda pelos senadores Waldeck Ornelas (PFL-BA), Ernandes Amorim (PMDB-RO), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Elcio Alves (PFL-ES).

Senadores debatem questão dos sem-terra

A questão dos trabalhadores sem terra foi analisada na sessão de sexta-feira pelos senadores Jefferson Peres, Edison Lobão e Lúdio Coelho. **Página 3**

O senador José Fogaça (PMDB-RS) manifestou sexta-feira sua preocupação com a possibilidade de os empresários estarem aderindo à greve geral dos trabalhadores - convocada para o próximo dia 21 - em seu próprio benefício. "O que temo é que esta greve esteja sendo utilizada por este setor do País para fazer valer seus interesses e reivindicações", afirmou.

Fogaça também disse temer que as centrais sindicais estejam fazendo mero "oposicionismo", utilizando a greve como instrumento de guerra política contra o governo. Mas o senador deteve-se mais na adesão dos empresários ao movimento. Ele lembrou que foi anunciada a participação de associações comerciais e industriais do interior de São Paulo, e frisou que, se for ne-



José Fogaça

cessário, todos devem levantar a voz contra a tentativa de se utilizar uma luta dos trabalhadores em favor das elites.

Para o senador gaúcho, os empresários querem a redução das taxas de juros e a consequente expansão do consumo, o que neste momento, no Brasil, só se faz com aumento da inflação ou do déficit da balança comercial.

- Tenho grande dúvida sobre

se Medeiros e Vicentinho não temem que essas parcelas tradicionalmente privatizadoras do Estado em favor de si próprias sejam as grandes beneficiadas de uma greve como essa. Não digo que Vicentinho e Medeiros estejam servindo a isso. Mas me preocupa muito o fato de os empresários estarem tão simpáticos em relação ao movimento - insistiu ele.

Pela liderança do PT, o senador José Eduardo Dutra (SE) disse, em aparte, que o partido apóia a greve geral como um momento cívico para alertar o governo para o alto índice de desemprego no País. O líder concordou com parte do discurso de Fogaça - a relativa ao uso da greve pelas elites - e informou que no dia 19 os dirigentes das centrais sindicais se reunirão para discutir o grau de adesão ao movimento.

Cabral defende redução de multas por atrasos

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do projeto de lei que reduz de 10% para 2% o índice da multa de mora, divulgou sexta-feira, em plenário, seu relatório favorável à medida e defendeu sua aprovação.

Quando o Código de Defe-



Bernardo Cabral

sa do Consumidor estipulou o teto de 10% do valor devido como multa pelo atraso nos pagamentos devidos, o País convivia com altos índices inflacionários, observou o senador. Com a estabilidade promovida pelo Plano Real, afirmou, é preciso agora adequar aquele índice.

O senador disse que a atual cobrança de multa de 10% pro-

porciona "ganhos desproporcionais" aos fornecedores, que passaram, assim, a ter interesse na inadimplência.

Em aparte, o líder do PTB, senador Valmir Campelo (DF), concordou que os 10% são uma sobretaxa que prejudica excessivamente aqueles que, por um motivo ou outro, atrasam seus pagamentos. O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) também concordou com o relator do projeto, e destacou que a cobrança, por incidir sobre atrasos de um até 30 dias, desestimula pagamentos antes do prazo máximo.

Mauro prevê mais investimentos na mineração

Senador faz balanço positivo do setor, cujas perspectivas foram discutidas em encontro de representantes dos países do Mercosul encerrado sexta-feira em Buenos Aires.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) acredita na ampliação dos investimentos de empresas estrangeiras na mineração, com a abertura do setor prevista nas reformas constitucionais aprovadas recentemente pelo Congresso. Ele fez a previsão ao participar da terceira reunião ordinária do subgrupo de trabalho que trata da mineração no Mercosul, encerrada sexta-feira em Buenos

Aires.

Mauro disse que a abertura, além de aumentar expressivamente o volume de investimentos, vai incorporar novas áreas à exploração mineral, multiplicar empregos e contribuir decisivamente para a desconcentração do desenvolvimento, "hoje demasiadamente concentrado nas regiões litorâneas", na avaliação do senador.

Mauro Miranda esteve na

capital argentina representando a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. O senador destacou o êxito da reunião, que, a seu ver, apresentou resultados "altamente positivos".

Informou ter participado também de encontros individuais, no Congresso argentino, com parla-



Mauro Miranda

mentares interessados no desenvolvimento das relações entre a Argentina e o Brasil em questões de infra-estrutura e de mineração. Nesse sentido, ele teve audiências separadas com os senadores Ignacio Melgarejo e Remo Jose Constanzo e com a deputada Maria Rita Drigaldi.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (18.06.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 124/92, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.969/73, tornando inexistente, antes da decisão terminativa do recurso interposto à Comissão Especial de Recursos do Proagro, a dívida oriunda do crédito rural; e *PLC nº 54/93, que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas.

Quarta-feira (19.06.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: votação em segundo turno da *PEC nº 1/96, que flexibiliza o instituto de resseguros no País; e primeiro dia de discussão em primeiro turno das *PECs nºs 1, 4, 11, 20 e 65/95, que disciplinam o uso do instituto da medida provisória; e *PEC nº 12/95, que acrescenta inciso ao art. 30 da Constituição, que trata da desapropriação de imóveis para fins de urbanização, por interesse social.

Quinta-feira (20.06.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: segundo dia de discussão em primeiro turno das *PECs nºs 1, 4, 11, 20 e 65/95 (sobre medidas provisórias) e ainda das PECs nºs 12, 17, 18, 28, 31 e 43/95; e primeiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.

Sexta-feira (21.06.96)

9h - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Terceiro dia de discussão em primeiro turno das *PECs nºs 1, 4, 11 e 20 e 65/95 (sobre medidas provisórias), e ainda das PECs nºs 12, 17, 18, 28, 31 e 43/95; e segundo dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 57/95.

COMISSÕES

Segunda-feira (17.06.96)

14h - Comissão Especial do Corredor Centro-Leste

Pauta: Audiência pública em Cuiabá, com a participação do governador do estado, Dante de Oliveira. Sede da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso.

Terça-feira (18.06.96)

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Discussão e votação do parecer do relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Audiência pública com o governador do estado do Espírito Santo,

Vitor Buai, sobre a Companhia Vale do Rio Doce. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Especial do Corredor Centro-Leste

Pauta: Palestra do presidente do Consórcio do Corredor Centro-Leste, Paulo Vivacqua, e do secretário de Planejamento e Avaliação do Ministério do Planejamento, Mauro Marcondes. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, não terminativas, destacando-se: *PLC nº 104/95, que determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; e *PLS nº 99/95 - Complementar, que dispõe sobre o preenchimento dos cargos de presidente e de diretores do Banco Central do Brasil. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Especial Interna destinada a acompanhar in loco os atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genevêva e demais clínicas geriátricas do Rio de Janeiro

Pauta: Reunião de trabalho. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

Quarta-feira (19.06.96)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 253/95 (terminativo), que veda a instalação de juntas de conciliação e julgamento da Justiça do Trabalho em municípios com menos de 200 mil habitantes; *PLS nº 33/95 (terminativo), que acrescenta parágrafos ao art. 20 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); e *PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Discussão e votação do substitutivo do senador Wilson Kleinübing ao PLS nº 161/95 - Companhia Vale do Rio Doce. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.470/96, que dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições financeiras

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

Quinta-feira (20.06.96)

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 30/96, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 6.880/80, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; e *PDL nº 33/96, que aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, de 1993, assinado em 2.2.94, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: A ser definida. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: A ser definida. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

Jefferson vê fins políticos na ação dos sem-terra

"A conquista do poder por meios violentos" é objetivo do movimento, denuncia senador, para quem a Nação não deve se intimidar com a tática de induzir conflitos e produzir vítimas

"É preciso que a Nação e, sobretudo, as instituições não se deixem iludir pela natureza desse movimento dos sem-terra, que tem caráter nitidamente político, que busca o confronto para criar vítimas".



Jefferson Peres

Jefferson Peres (PSDB-AM), ao afirmar que os conflitos fundiários que ocorrem no País visam não à reestruturação fundiária, mas à "conquista do poder por meios violentos".

Referindo-se aos dois conflitos fundiários ocorridos na quinta-feira (dia 13) no Maranhão e em Mato Grosso, com o saldo de quatro mortes, Jefferson Peres advertiu que as autoridades não devem intimidar-se: "Iluda-se quem quiser, mas esse é um movimento político-ideológico que visa, comprovadamente, a conquistar o poder por meios violentos".

No caso específico do Mara-

nhão, segundo o senador, a fazenda já estava em fase de desapropriação para reforma agrária. Ele disse que os sem-terra invadiram a propriedade mesmo sabendo que estava em curso esse processo de desapropriação, apenas para induzir ao conflito, criar vítimas e gerar uma comoção nacional.

Jefferson destacou que se o governo vinha sendo negligente na política de reforma agrária, esse quadro mudou, conforme demonstram ações como a demarcação de terras das Forças Armadas e as recebidas

de devedores inadimplentes do Banco do Brasil. E, no entender do senador, os líderes dos sem-terra sabem disso.

Lembrando que, no poder, Salvador Allende declarou que não reprimiria invasões de terra no Chile, Jefferson afirmou que essa decisão ocasionou a desorganização na produção de alimentos e a conseqüente crise no abastecimento naquele país, criando o clima que resultou no golpe de Augusto Pinochet. O senador sugeriu que algo semelhante pode estar em gestação no Brasil.

Lobão quer evitar estímulo à agitação

Ao comentar o confronto entre 30 empregados da Fazenda Cikel e 600 famílias de trabalhadores sem-terra, numa área próxima ao povoado de Buriticupu (MA), o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou sexta-feira que "não podemos deixar os trabalhadores sem-terra à míngua, sem assistência, sem solidariedade, mas também não podemos estimular invasões que visam, como esta, segundo o próprio Incra, a apenas agitar".

A agitação, segundo o senador, só serve aos que querem tumultuar o processo político.

"Temos o dever de contribuir para que o regime de liberdade no País se mantenha", disse.

Lobão afirmou que o episódio no Maranhão deve servir de exemplo para que todos colaborem com os governantes na busca de uma solução para o problema fundiário. O Brasil vive, hoje, segundo ele, "seu calvário em matéria fundiária".

- Se não se estabelecer logo uma política sólida, o País vai



Edison Lobão

virar um caldeirão incontornável - advertiu.

O senador elogiou o comportamento da governadora Roseana Sarney, que qualificou de exemplar. A governadora enviou ao local os secretários de Agricultura e de Segurança Pública, o dirigente do Instituto de Terras do Maranhão e representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário:

- Ela tomou todas as providências que um governante sensato deve tomar - afirmou.

Odacir diz que ONU suspendeu ajuda por falta de verbas

O senador Odacir Soares (PFL-RO) afirmou que a ONU excluiu não apenas o Brasil de seu programa de ajuda alimentar, mas também outros 19 países, porque não dispõe de dinheiro suficiente para bancar o projeto da forma que vinha sendo executado. Para ele, a ONU levou em consideração principalmente o sucesso da descentralização da merenda escolar no País, mas isso "não equivale a um atestado de que a fome e a desnutrição foram finalmente banidas do Brasil".



Odacir

Conforme o senador, desde 1992, quando o governo regionalizou as compras de alimentos para a merenda escolar, a evasão caiu 39% e a repetência, 29,5%. "Isso mostra que, quando nossos governos se aplicam com seriedade para resolver os problemas sociais, logo surgem soluções tão criativas e bem sucedidas que não tardam a ser adotadas como modelos para outros países."

Lúdio pede atenção a "ex-com-terra"

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) propôs sexta-feira que, na redistribuição das terras em poder do Banco do Brasil, seja dada preferência aos pequenos agricultores que perderam suas propriedades em decorrência de dívidas com os bancos. Ele disse que esses agricultores estão formando uma nova categoria dos sem-terra, a dos



Lúdio Coelho

"ex-com-terra".

Para Lúdio, a política de ajuste da economia está provocando um grande êxodo, sacrificando principalmente o empresário rural. Segundo o senador, 10 mil suinocultores de Santa Catarina estão ameaçando abandonar as suas terras, alegando ser impossível sobreviver na atividade rural. Os assentamentos, tidos como solu-

ção para o problema agrário, estão, a seu ver, provocando sério problema social diante da impossibilidade de os filhos das famílias assentadas terem condições de ir além do primeiro grau, no local onde vivem, forçando a família a migrar para a cidade, gastar mais do que ganha e voltar de novo para a miséria. Lúdio referiu-se a pesquisa mostrando que a população de Mato Grosso do Sul desaproveita as invasões.



Lauro Campos

Lauro contesta dados oficiais do desemprego

O senador Lauro Campos (PT-DF) contestou a afirmação do presidente Fernando Henrique, feita em sua última viagem a Paris, de que seria de 5% o índice de desemprego no Brasil. Segundo o senador, o IBGE, em cujas estatísticas o Presidente se baseou, só considera desempregados aqueles que estão fora do mercado de trabalho há até seis dias, pois a partir daí eles são considerados "inativos".

Lauro disse que o Executivo, sempre tomando por base dados estatísticos e não dados reais da sociedade, leva os congressistas a terem de escolher, sempre, entre "o péssimo e o pior ainda". Segundo sua análise, o diagnóstico do governo para os problemas nacionais está equivocado, porque adota um modelo responsável pelos baixos salários e o desemprego crescente.

Depois de ter votado a favor da criação da CPMF para ajudar a solucionar os problemas da saúde, Lauro disse ter chegado à conclusão de que estava errado. O que se verifica no Brasil - observou - é que o governo adotou uma política econômica que penaliza a população carente e favorece as elites.

Acidentes exigem novo código de trânsito, afirma Joel de Hollanda

Senador elogia substitutivo aprovado por comissão especial do Senado e pede sua urgente implementação para prevenir mortes violentas

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) afirmou sexta-feira que os números de acidentes com mortes no País exigem a adoção urgente do novo código de trânsito. O projeto, oriundo da Câmara dos Deputados, foi aprovado na semana passada em comissão especial do Senado, conforme substitutivo elaborado pelo relator, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM).

As principais modificações do projeto de Código de Trânsito Brasileiro em relação ao

código vigente desde 1966, na opinião de Hollanda, são a maior participação dos municípios na administração do trânsito e o estabelecimento de penas específicas para infrações.

Pelo substitutivo, caberá aos municípios fiscalizar a circulação e o estacionamento dos veículos na cidade, disse. Os governos estaduais, ressaltou,



Joel de Hollanda

continuarão sendo responsáveis pela habilitação dos motoristas e pelo licenciamento e verificação das condições de segurança dos veículos.

Quanto às infrações, Joel de Hollanda disse que elas foram classificadas em leves, médias, graves e gravíssimas, cada uma com uma punição própria.

Nabor defende mudança na legislação eleitoral

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) lamentou que entre as propostas de reformas analisadas e votadas nos últimos anos pelo Congresso Nacional não se tenha ainda definido um arcabouço de reforma política, considerada por ele imprescindível ao aperfeiçoamento do processo democrático.

Nabor destacou os trabalhos desenvolvidos pela comissão especial do Senado sobre reforma político-partidária, afirmando



Nabor Júnior

que nos depoimentos e debates promovidos pelo órgão ficou patente a necessidade de urgente modificação na legislação partidária e eleitoral.

Presidida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), a comissão já ouviu o depoimento do ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Velloso, e dos governadores de Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

José Bonifácio justifica projeto sobre crime sexual

Autor do projeto que reduz de 14 para 12 anos a idade da vítima na prescrição de violência dos crimes sexuais, o senador José Bonifácio (PPB-TO) sustentou que, ao presumir essa violência, a lei não pode ser mais rigorosa do que seria na ocorrência de homicídio. Lembrando que as penas para o caso de homem que se relaciona com menor de 14 anos são agora superiores às previstas na hipótese de ele matar essa menor, o parlamentar disse que esse é um assunto extremamente polêmico, e pediu ao Senado que o examine com muito cuidado.



Bonifácio

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emilia Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agaciela da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação: Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade
Editores: Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação: Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Célio Azevedo, Mírcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amiral
 ■ **Veja no Diário do Senado o íntegro dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal